

# ENTRE A RESIGNAÇÃO E A INDIGNAÇÃO: NOTAS SOBRE O CONCEITO DE ESCLARECIMENTO

*Rosalvo Schütz<sup>1</sup>*

*Robinson dos Santos<sup>2</sup>*

## **RESUMO:**

*O impulso original do Esclarecimento, de proporcionar uma vida mais feliz e emancipada para todos os seres humanos através do uso da razão, parece não se confirmar quando confrontado com a atual situação sócio-ambiental. Ao fazer uso dos potenciais argumentativos contidos no primeiro capítulo da Dialética do Esclarecimento, procuramos desvendar o porquê desta realidade, pontuando alguns elementos que se alinham ao percurso do mito ao Esclarecimento, bem como do Esclarecimento ao mito. Almejamos, assim, explicitar o processo de dominação/subjugação da natureza e sociedade inerentes ao desenvolvimento histórico do Esclarecimento. Desta forma se deixam diagnosticar algumas raízes da realidade e seus desafios para a práxis atual.*

**Palavras-chaves:** *Esclarecimento, mito, dominação, práxis, Adorno/Horkheimer.*

---

<sup>1</sup> Mestre em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Doutorando em Filosofia na Universidade de Kassel – Alemanha. Bolsista do Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico (DAAD).

<sup>2</sup> Mestre em Educação pela Universidade de Passo Fundo (UPF/RS). Doutorando em Filosofia na Universidade de Kassel – Alemanha. Bolsista do Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico (DAAD).

“O que os homens querem aprender da natureza  
é como empregá-la para dominar  
completamente a ela e aos homens.  
Nada mais importa”  
(Adorno e Horkheimer)

## PRIMEIRAS PALAVRAS

**E**m seu escrito “Resposta à pergunta: que é o esclarecimento?” de 1784, Kant sintetiza o espírito de uma época que vê na razão a possibilidade da saída do estado de menoridade, definido como a incapacidade do indivíduo servir-se do próprio entendimento sem a ajuda de outros. Entretanto, admite: “Se, pois, se fizer a pergunta – Vivemos nós agora numa *época esclarecida?* – a resposta é: não. Mas vivemos numa época do Esclarecimento”. (KANT, 1995, p. 17). O “não” de Kant refere-se ao fato de que o Esclarecimento, enquanto processo, não estava concluído em sua época, mas estava em vias de desenvolvimento. Não estranharíamos se Kant fosse responder novamente a esta pergunta (se vivemos numa época esclarecida) e repetisse um claro e decidido “não” como resposta. Quanto à segunda parte, se continuaria sustentando que vivemos numa época do Esclarecimento, é possível que sim, mas não adentraremos aqui na tentativa de demonstrá-lo. Na medida em que levamos em conta, além da crítica de Adorno e Horkheimer sobre o Esclarecimento, a situação concreta de nossa época, certamente teremos boas razões tanto para continuar dizendo aquele “não” quanto para suspeitar se vivemos numa época do Esclarecimento ou de um progressivo processo de mistificação.

O ideal do Esclarecimento além de visar outra humanidade, prometia uma vida mais fácil, mais feliz e plena, liberta das ilusões e projeções míticas da antiguidade e da “obscura” idade média. No entanto, os resultados adversos atingidos nos mostram não apenas o quanto tal ideal ainda está distante, mas também o quanto preocupante ou até mesmo assustador é o cenário de nossa época autodenominda de herdeira da Modernidade. A pergunta que se coloca é: como é que este projeto pôde resultar no mundo que temos hoje? Vivemos num mundo inquieto, amedrontado diante do futuro e determinado por mecanismos cada vez mais autônomos e distantes de nossas carências sociais e afetivas, com exigências sacrificiais cada vez mais fortes. A dinâmica que daí resulta se vê forçada a alterar invariavelmente o seu ritmo tanto no coração que pulsa em cada indivíduo quanto na sociedade como um todo. Estes vacilam entre o entusiasmo esperançoso, progressivamente oriundo de desejos despertados por um mundo de espetáculos, e o sufoco diante de uma vida cada vez mais formatada pela competição e a racionalização. Tornou-se difícil ouvir o pulsar do próprio coração assim como o do próximo, embora seja possível acompanhar as privacidades mais íntimas de alguém do outro lado do mundo, que, aparentemente, está “mais” próximo de nós através de aparatos técnicos e semióticos. Condiçoados por um mundo cada vez mais mediatizado, poucas vezes somos algo mais do que receptores passivos e isolados. Drogas, antidepressivos e fanatismos tornaram-se vitais para o reprodução desta dinâmica, povoada por indivíduos angustiados pela falta de sentido e constantemente forçados a ritmos frenéticos e opressores. Um modo de vida deteriorado mas proveitosa para as indústrias farmacêuticas.

Nesse contexto, não admira o progressivo crescimento e fortalecimento dos fundamentalismos, religiosos e não-religiosos, em todo o mundo. Embora apareçam como casos isolados ou locais são, antes, parte constituinte e necessária da reprodução do sistema atual. Da mesma forma como no coração das pessoas, pulsa no mundo todo, um espírito inquieto, dividido entre estruturas de direito e de guerra mundial e as tentativas desesperadas de afirmações específicas perante os efeitos uniformizantes e, por vezes mortíferos, destas estruturas. Espécies animais e vegetais desaparecem em ritmos paralelos ao desaparecimento de culturas locais. Algo estranho à natureza dita o compasso de um ritmo aparentemente inevitável. Alucinadamente e “sem tempo” o ser humano moderno sobrevive, cada vez mais orientado pelas fábricas de informação e opinião. A dinâmica deste sistema busca se instaurar em todos os espaços humanos e naturais.

Do interior desta dinâmica permeada por lamentos e desilusões, também aparecem reações, atitudes de resistência e inconformidade, sejam eles de povos, de indivíduos ou da própria natureza. Entretanto, estas vozes são, muitas vezes, modeladas e agenciadas de forma a servirem de aceleradoras do processo. Uma estrutura invisível, estranha, a qual não chega a ser tematizada, parece desenhar os caminhos tortuosos do nosso futuro. Não é tematizada, talvez justamente, porque a aceitamos ingênua e automaticamente. Os projetos emancipatórios que visam ultrapassar os limites impostos por ela, certamente terão que romper com estes. É preciso levar a sério esta situação para que novos projetos de futuro tenham possibilidade real de ultrapassá-la. A tarefa fundamental cujo propósito é desvendar a estrutura fundamental desta dinâmica,

desmistificando a idéia de razão, ciência, indivíduo e sociedade e tentar não repeti-los, permanece invariavelmente em aberto.

Na sua *Dialética do Esclarecimento*, publicada pela primeira vez em 1947, Adorno e Horkheimer (1985, p. 11)<sup>3</sup> procuram entre outros objetivos, “descobrir porque a humanidade em vez de entrar em um estado verdadeiramente humano, está se afundando em uma nova espécie de barbárie”. A interrogação que se coloca é diretamente relacionada com a autodestruição da intenção original do Esclarecimento. Os retrocessos que diáriamente são produzidos pelo “progresso” podem ser constatados em diferentes manifestações. Exemplos disso podem ser indicados no aumento crescente da produção e na escassez e desigualdade da distribuição, no monopólio e controle dos avanços da ciência e tecnologia por parte de uma pequena parcela da sociedade que, com estas condições e instrumentos, dirige o comportamento da grande maioria da população, assim como no progressivo processo de destruição ambiental. O fato é que o Esclarecimento prometera à humanidade a passagem para um outro estado e não este no qual nos encontramos.

A obra supracitada é, antes de tudo, um diagnóstico sobre o quanto de mitológico e obscuro se esconde por detrás da própria idéia de esclarecimento, tal como esta se desenvolveu e foi instrumentalizada na modernidade. Na época em que foi escrita, a razão instrumentalizada havia acabado de demonstrar suas potencialidades mais perversas através da Segunda Guerra

<sup>3</sup> Todas as notas seguintes do presente texto referem-se a: ADORNO Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento*. Fragmentos Filosóficos. Trad. Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

Mundial e, especialmente, no seu uso extremo e radical até então, através do Nazismo. Certamente esta razão transformada em técnica, que de forma esclarecida e lúcida é usada para a dominação dos povos e culturas, continua um tema atualíssimo. Esta razão reduzida à técnica, que foi instrumento útil para o Nazismo, continua a exigir sacrifícios não apenas nas guerras imperialistas feitas para manter e fortalecer o sistema produtor de mercadorias, mas também nas políticas a que os países pobres são obrigados a desenvolver pelos mecanismos internacionais. Ao mesmo tempo em que o abismo entre ricos e pobres se aprofunda e a fome atinge cada vez mais pessoas, mais estas vivem sozinhas nos “campos de concentração” de seus mundos individualistas.

A busca de vestígios míticos, de pressupostos adoecedores da vida individual e coletiva, deixados pelos rastros destruidores do Esclarecimento, nos faz adentrar nesta fascinante obra de Adorno e Horkheimer. Se arrancado do véu ideológico e obscurecedor pelo qual nos é apresentado como o “melhor dos mundos”, talvez vejamos que o nosso mundo não é um mundo muito diferente daquele a que Adorno e Horkheimer se referiam na segunda metade do século XX. É possível, no entanto, que neste início do terceiro milênio nosso mundo já tenha desenvolvido maiores sutilezas e escondido de forma mais eficiente os pressupostos mitológicos que perpetuam o culto à ciência ou à razão instrumentalizada e, por isto mesmo, seja muito mais aniquilador.

Duas observações nos parecem oportunas no início de nossas notas a partir da leitura da obra. Estas são, ao mesmo tempo, pressupostos metodológicos assim como

antecipações de perspectivas e posturas a que a leitura do texto nos levou.

A primeira refere-se à própria função do pensar, de modo especial, do filosofar. Neste âmbito nos defrontamos não apenas com o permanente problema do pensar crítico que diz respeito à relação teoria e prática mas, e mais importante que isto, com o problema do pensar crítico mesmo. Conforme nos advertia Herbert Marcuse<sup>4</sup>, vivemos aprisionados pelo pensar positivo. Existe um bloqueio de acesso para qualquer forma de pensar que se proponha a desvendar a crueldade e falta de sentido a que o mundo moderno nos forçou. A lógica sacrificial não pode ser colocada em questão, para que os sacrifícios já feitos nunca pareçam ter sido em vão. Este é um dentre muitos sinais do triunfo do pensamento unidimensional, da consciência determinista e domesticada em que nos enredamos. Dizer o que nos parece necessário, incontornável, evidente, parece ser sem sentido se, junto, já não estamos logo dizendo o que, afinal, deveria ser feito, e feito a partir das regras existentes. Ora, isto nos proíbe de diagnosticarmos as doenças se já não sabemos, por meio dos parâmetros da razão instrumental, os remédios que levam a cura. Pensar de forma crítica, neste sentido, implica um permanente confronto com este pressuposto castrador e a permanente busca de superação dos limites e instrumentos dentro dos quais a estrutura dominadora quer aprisionar nosso diagnóstico, nosso indagar, enfim, o próprio pensar. O pensamento puramente analítico parece ser insuficiente para tal tarefa.

<sup>4</sup> MARCUSE, Herbert. *Der eindimensionale Mensch. Studien zur Ideologie der fortgeschrittenen Industriegesellschaft*. Darmstadt und Neuwied: Luchterhand, 1979.

A segunda observação refere-se à própria forma pela qual conduzimos nossa exposição. Esta já quer ser uma forma de superação da redução do pensamento a pressupostos exclusivos de um discurso lógico e instrumental. O formalismo lógico reduz toda a dinâmica da vida a um amontoado morto de conceitos e premissas, identificando isso com o mundo mesmo. Nesse quadro apenas existe o que pode ser conceitualizado dentro de uma estrutura objetiva e lógica. Nesta o acesso intuitivo e estético da realidade é excluído. Tal reducionismo não considera as intuições que diferentes situações vivenciais, ou mesmo obras de arte, literárias ou filosóficas nos proporcionam. Por isso, ao refletirmos em torno do texto, a saber a primeira parte da *Dialética do Esclarecimento*, buscaremos muito mais, através do contato e aprofundamento de algumas afirmações dos autores, intuir novas formas de acesso e leitura do mundo e mesmo de radicalização da crítica. É a partir da postura crítica assumida pelos autores, pelas perspectivas por eles propostas que caminharemos no intuito de trazer elementos que possibilitem construir nossa própria perspectiva. Assim acreditamos poder fazer jus ao próprio texto, isto é, tornando-o um constante ponto de referência e de confronto para uma melhor compreensão da realidade. Com isso nos é possibilitado, por exemplo, o acesso e tematização crítica de algumas de nossas estruturas de percepção e sentimento e, portanto, de vislumbrar novos horizontes e perspectivas emancipatórias. Nossa pretensão, portanto, consiste menos em oferecer um roteiro para a leitura ou esgotar o tema e mais em indicar potenciais interpretativos.

## DO MITO AO ESCLARECIMENTO

Desde os primórdios da civilização o ser humano trouxe consigo o desejo de ser o soberano na natureza, consciente ou inconscientemente. O processo histórico da humanização é marcado por diversos aspectos na mudança do comportamento dos pré-hominídeos. Em grande escala, o resultado de pesquisas e estudos antropológicos nos atestam que as mudanças ou transições (que certamente levaram milhares de anos) como do isolamento à vida em grupo, do nomadismo ao sedentarismo, da caça, pesca e coleta aleatórias à domesticação sistemática de plantas e animais, são fatores que (entre outros) desencadearam o processo histórico-cultural da formação da humanidade, também chamado de “passagem à civilização”. Processo este que concretizou aquele afã (de dominar a natureza) numa escala jamais imaginada. A caça, por exemplo, relacionada direta e inicialmente à sobrevivência, foi um fator decisivo no aprimoramento das ferramentas e, portanto, de aprimoramento da capacidade técnica e racional do ser humano<sup>5</sup>. Ela também propiciou, juntamente com outros fatores, de modo paradoxal, a progressiva coesão e, simultaneamente, a divisão social. Com isso, favoreceu tanto o fortalecimento dos grupos, quanto o surgimento da distinção de papéis sociais, das primeiras formas de hierarquia, sobretudo, a distinção dos papéis do macho e da fêmea. A necessidade de sobrevivência e de defesa

<sup>5</sup> O primeiro objeto utilizado como *instrumento* pelo ser humano para a consecução de uma tarefa implica a capacidade de abstração como um dos sinais distintivos daquele em relação aos demais seres da natureza. Desde sempre o ser humano criou *instrumentos* para dominar o ambiente. E, ainda, de acordo com a Antropologia, na invenção de instrumentos a característica mais importante é que eles são feitos com uma intenção específica.

encontrou no comportamento grupal uma resposta mais eficiente.

Neste contexto surgem também os primeiros elementos ligados à relação mágico-religiosa do ser humano com o mundo. Na medida em que os fenômenos da natureza não são conhecidos por ele, representam forças estranhas ou ocultas que inicialmente o subjogam e implicam mudanças em seu comportamento. A primeira forma de se relacionar com tais divindades foi a submissão. O temor nele infundido quando percebe sua fragilidade e impotência o faz respeitar e silenciar ante o poder dos deuses. Esta atitude conduz lentamente ao culto e à adoração. O culto representa um passo significativo de aproximação entre o ser humano e as potências divinas e, de certa forma, uma primeira “queda” daquelas do alto de sua superioridade. Na medida em que faz as primeiras oferendas o ser humano busca uma troca com os deuses. A recompensa para ele é o sentimento de segurança proporcionado por tal “negócio”.

A relação mágico-religiosa do ser humano com o mundo, acima descrita em seus traços gerais, constituiu-se progressivamente em referência para o seu comportamento, tanto em sua forma de pensar e sentir, quanto para sua ação. É neste sentido que ela foi a portadora da cosmovisão, isto é, da visão de mundo para o ser humano. Assim, cumpria uma dupla função: a) *dava sentido ao mundo*, isto é, fornecia respostas ou “explicações” sobre a vida e o universo (com base no místico e no sagrado) criando uma convicção de ordem e finalidade para o mundo, o que poderia ser entendido como função estética e; b) *dirigia seu comportamento* neste mundo, pois era com base nestes aspectos que o ser humano desenvolvia uma prática de vida, que poderia ser denominado de função ética.

Representavam, portanto, um meio de educação e de manutenção da cultura, bem como de estruturação social. Com o desenvolvimento desta forma de relação do ser humano com o mundo são incorporados novos elementos como os rituais e a simbologia. Estes se convertem numa espécie de garantia da relação mágico-religiosa de adoração. Repetindo os mesmos sacrifícios, cantando os mesmos cânticos, firma-se cada vez mais a convicção de que se está no caminho certo e que a potência não está contra ele.

Os relatos, com o passar do tempo, que também passa a ser vivenciado e visto de outra forma, se transformam em doutrina. Conforme Adorno e Horkheimer, “o mito queria relatar, denominar, dizer a origem, mas também expor, fixar, explicar. Com o registro e a coleção dos mitos esta tendência reforçou-se. Muito cedo deixaram de ser um relato para se tornarem uma doutrina” (p. 23). A partir desta fixação de um lugar definido e de uma esfera de ação e de relação com a divindade, esta deixa de ser o que é para se tornar uma instância que o ser humano pode dispor e manipular de acordo com os seus interesses, como proteção contra o inimigo, boa colheita ou sucesso na caça. Portanto, se no início caracterizava-se como uma relação de submissão e adoração (isto é, meramente contemplativa) ao final acaba por caracterizar-se como uma relação de instrumentalização (ativa, no sentido de não mais temer ou tremer diante de forças estranhas, mas de incitá-las a vir ao seu encontro, através do rito, e auxiliá-lo em suas tarefas mais complexas).

O Esclarecimento, em amplo sentido, tinha como objetivo a emancipação humana por meio da razão e, no entanto, “... a terra totalmente esclarecida resplandece sob o signo de uma calamidade triunfal” (p. 19). A compreensão

do processo acima descrito implica uma “volta às raízes”, isto é, em uma re-flexão sobre os primórdios da civilização e da razão. E este é o caminho realizado por eles. Uma constatação inicial é de que no Esclarecimento ocorre uma absolutização do Sujeito pois, em última instância, “o sobrenatural, o espírito e os demônios seriam imagens especulares dos homens que se deixam amedrontar pelo natural. Todas as figuras míticas podem se reduzir, segundo o Esclarecimento, ao mesmo denominador, a saber, ao sujeito” (p. 19).

Se olharmos para a relação mágico-religiosa do ser humano com o mundo veremos que o elemento que “estabelece a verdade” é o ser humano. Assim, na medida em que o elemento básico do mito é o antropomorfismo, a natureza nada mais é do que uma projeção da subjetividade humana. O mito, portanto, já era o Esclarecimento em seu processo inicial enquanto projeto de dominação da natureza. Os xamãs, magos ou feiticeiros acreditavam controlar o poder sobrenatural. Estabeleciam através disso uma relação mecanicista, portanto de domínio de tais forças, semelhante ao cientista moderno, na crença de que o uso da fórmula adequada proporciona o resultado esperado. Deste modo, o denominador comum de todas as figuras míticas é o sujeito. Igualando-se às divindades, o sacerdote demonstra que na verdade ele é que dispõe do poder. Adorno e Horkheimer constataam que “o despertar do sujeito tem por preço o reconhecimento do poder como o princípio de todas as relações” (p. 24).

A partir destes aspectos, entre outros, é que se pode afirmar que o mito consolida-se enquanto processo esclarecedor. Este despertar implicou numa reviravolta da própria cosmovisão. Se por um lado, significou uma

libertação das determinações naturais, de outro, o ser humano passou a se perceber não mais como ser imerso e parte constituinte da própria natureza.

Diante da caracterização deste padrão de relação com o mundo é que podemos apontar para aspectos particulares da relação do ser humano com a natureza e, conseqüentemente com o próprio ser humano, uma vez que ele continua dela fazendo parte e nela se reproduzindo como ser sensível, embora não se considere mais como tal. Aqui se torna compreensível porque temos tanta dificuldade em nos percebermos como expressão da própria natureza e porque insistimos em declará-la como nossa inimiga.

Na medida em que o ser humano, e neste caso específico, o homem, acreditava controlar as forças divinas, sua relação com a natureza e com os outros passa a ser progressivamente instrumentalizante. A natureza passa a ser vista como algo destituído de sentido e autonomia, passa a ser pura e simplesmente a base material para a satisfação das necessidades pré-determinadas pela razão. Esta desqualificação reduz a natureza a um amontoado caótico de objetos que se encontra à disposição dos sujeitos dominadores. Adorno e Horkheimer apontam para o fato de que “a imagem e semelhança divinas do homem consistem na soberania sobre a existência, no olhar do senhor, no comando” (p. 24). A sensação é de que dominando as coisas o ser humano as possui e as possui se as domina. Isto, no entanto, o aliena da própria natureza, inclusive da natureza na forma como ela se manifesta na sua própria corporeidade. No dizer dos autores: “O mito converte-se em esclarecimento, e a natureza em mera objetividade. O preço que os homens pagam pelo aumento de seu poder é a alienação daquilo sobre o que exercem o poder” (p. 24). Ou

seja, se alienam de si mesmos com seres orgânicos e do mundo enquanto expressão e possibilidade de existência.

O mito proporcionou um processo paradoxal: de um lado ele significou o encantamento do mundo, na medida em que “povoou” e “ordenou” o cosmos e, simultaneamente o próprio desencantamento, no momento em que o homem progressivamente estabeleceu a medida para a ação dos deuses e percebeu que podia controlar as forças sobrenaturais. No instante em que se fixaram doutrinas, leis e nomes, o suposto poder dos deuses torna-se refém da imaginação humana até o homem acreditar que tudo isso não é mais do que fruto de sua fantasia. O programa inicial do esclarecimento “era o desencantamento do mundo. Sua meta era dissolver os mitos e substituir a imaginação pelo saber” (p. 19). Sentimos cada vez mais os efeitos deste programa.

Este saber, no entanto é, de antemão, um saber colocado, criado pela razão auto-suficiente, pelo indivíduo autônomo diante das determinações da natureza exterior, bem como de sua natureza interior. Pressupõe uma razão desencantada e salva de qualquer influência mítica. Ao mesmo tempo procura na própria natureza apenas aquilo que confirme a sua pretensão de auto-suficiência. É um saber que levado às suas últimas consequências erige-se num projeto de dominação e triunfo sobre tudo aquilo que não se enquadre nesta racionalidade, a abstração de tudo o que não pode ser reduzido à formalidade lógica exigida por ela. Uma vez vencida a superstição, pode-se imperar sobre a natureza desencantada. Assim, pode ser dada a partida na máquina social que funcionará segundo leis, auto-suficientes e auto-reguláveis.

A intenção de conhecer a natureza, suas leis de funcionamento, tem objetivos instrumentais claros. “O que importa não é aquela satisfação que, para os homens, se chamava ‘verdade’ mas a ‘operation’, o procedimento eficaz” (p. 20). Qualquer referência a elementos naturais e sociais não utilizáveis pela “operation” é tida como resquícios de uma consciência mistificada e obscura que precisa ser eliminada. Nada, para além da razão auto-suficiente, pode ser capaz de ter uma dinâmica e intenção própria. “Desencantar o mundo é destruir o animismo” (p. 20). A ciência moderna carrega consigo, por princípio, esta renúncia de qualquer sentido que possa ser encontrado na própria dinâmica produtiva da natureza. Para ela as regras e probabilidades constituem o mundo mesmo.

### **DO ESCLARECIMENTO AO MITO**

Conforme os aspectos anteriormente expostos, o esclarecimento surgiu em um contexto em que se postulou uma nova idéia do que pudesse ser natureza. Este contexto parece se diferenciar dos demais períodos históricos principalmente por conceber o ser humano enquanto regido por leis diferentes daquelas que regem a natureza mesma. Um ser humano esclarecido seria, nesta acepção, capaz de ver por conta própria através da razão a realidade objetiva dos fatos. Estes, a partir de então, se reduzem a leis de causalidade. A natureza assemelha-se, nesta visão, à uma grande máquina cujos segredos de funcionamento podem e devem ser desvendados pelo sujeito racional autônomo. Se durante a idade média a natureza era concebida como meio para a relação com o divino, este contato, após a reforma protestante, passou a ser feito de forma direta entre indivíduo e a divindade. A natureza passou a ser



mecanizada, reduzida a fórmulas e tudo o mais precisava ser “esclarecido”, retirado da escuridão mítica, das armadilhas do credo. Este mecanicismo que, inicialmente, era delegado somente aos fenômenos não sociais, passou, gradualmente a ser também a referência para a organização destes. Esta concepção de ciência da natureza e dos seres humanos assumiu o status de cânon, tanto para pensar e ver o mundo, quanto para a própria vida social e individual. Tanto na natureza quanto nas relações sociais, tudo o que não se enquadra em critérios objetivos é colocado sob suspeita. Neste contexto, prosseguem Adorno e Horkheimer: “Doravante, a matéria deve ser dominada sem o recurso ilusório a forças soberanas ou imanentes, sem a ilusão das qualidades ocultas. O que não se submete ao critério da calculabilidade e da utilidade, torna-se suspeito para o Esclarecimento” (p. 21). Aspectos fundamentais e constitutivos da vida, como a busca de sentido para a existência e a qualidade das relações interpessoais e naturais, são, assim, declarados aquém de qualquer possibilidade de acesso cognoscível. Desta forma, o próprio mito, ou seja, tudo aquilo a que o Esclarecimento não pode e não quer fazer referência é, ao mesmo tempo uma definição *via negatio*, dele mesmo. O Esclarecimento se reconhece, pois, apenas na medida em que se compara ao próprios mitos e os submete, fato que implica em que ele mesmo passe a ocupar seu lugar. O mito, através deste confronto, se deixa reduzir ao princípio da racionalidade e doravante ele só pode ser abordado dentro dos limites deste princípio. Ora, tal subsunção permite que façamos coro com os autores: “O esclarecimento é totalitário” (p. 22).

Ao ser enquadrada em esquemas rigidamente racionais, a totalidade dos seres precisa perder sua qualidade

e singularidade: precisa ser reduzida a termos quantitativos. Qualidade, singularidade e identidade são dimensões que, neste contexto, não precisam ser tematizadas: elas têm de ser eliminadas em nome da unificação e homogeneização. Conforme os dois pensadores frankfurtianos, assim “o esclarecimento só reconhece como ser e acontecer o que se deixa captar pela unidade. (...) A multiplicidade das figuras se reduz à posição e à ordem, a história ao fato, as coisas à matéria” (p. 22). O grande instrumento desta unificação só poderia ser algo que existe apenas no interior do sujeito racional autônomo, isto é, a lógica formal. Ela fornece os esquemas esclarecedores da calculabilidade do mundo. Relações naturais, intersubjetivas, produtivas, tudo passa a ser submetido e determinado por este instrumento. Com isso, “o número tornou-se o cânon do esclarecimento. As mesmas equações dominam a justiça burguesa e a troca mercantil” (p. 22). A consciência esclarecida só pode se afirmar, e ela precisa se afirmar em todos os espaços e tempos, através do insistente combate aos “deuses”, através da redução de tudo a um denominador comum, quantificável e comparável. Assim cumpre-se a sentença de que a “sociedade burguesa está dominada pelo equivalente. Ela torna o heterogêneo comparável, reduzindo-o a grandezas abstratas” (p. 23). O espírito ordenador assume, assim, poder semelhante ao deus criador: soberania sobre a natureza.

Não é preciso fazer muito esforço para perceber que o próprio esclarecimento se converte em mito. Submissão é o que resta ante a nova divindade. Desta maneira viabilizou-se uma forma de dominação realista do mundo que ultrapassa, aprofunda e radicaliza em muito a “confiança inabalável na possibilidade de dominar o